

INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS

Grupo	1989		1990	
	% do PIB	US\$ bilhões (1)	% do PIB	US\$ bilhões (2)
Eletrobrás	0,70	2,74	0,80	3,17
Petrobrás	0,69	2,71	0,80	3,17
CVRD	0,12	0,47	0,21	0,83
Telebrás	0,50	1,95	0,71	2,81
Siderbrás	0,16	0,62	0,17	0,67
RFFSA	0,12	0,47	0,07	0,28
Total	2,29	8,96	2,76	10,87

(1) PIB projetado pela Sef em US\$ 391,5 bilhões (câmbio média 2,28)
 (2) PIB projetado pela Sef em US\$ 397,0 bilhões.

Fonte: Sest/Seplan (percentuais incorporados ao orçamento de 1990)

Aumento das tarifas vai permitir às estatais investir 3,2% do PIB

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O orçamento das estatais federais para o próximo ano prevê um aumento de 20,9% nos investimentos — concentrado basicamente nas áreas de energia elétrica, combustíveis, mineração e telecomunicações — que devem ser bancados com recursos próprios, ampliação do patrimônio líquido das grandes "holdings" e operações de crédito, sem transferências do Tesouro.

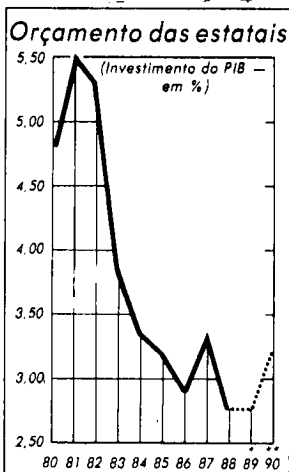
Para cobrir os investimentos correspondentes a 3,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1990 — ante 2,7% projetados para este ano — a Secretaria Especial de Orçamento e Controle das Estatais (SEST) está contando com a geração de receita própria das empresas, que inclui aumentos reais de tarifas, ampliação do capital social via colocação de ações e debentures e, ainda, novas operações de crédito.

O titular da SEST, Iram Siqueira Lima, informou ontem que as empresas queriam investir o equivalente a 4,4% do PIB, mas a filtragem das fontes de recursos que elas propunham mostrou que não se pode contar com mais do que o equivalente a 2% do PIB (NCz\$ 9,5 bilhões a preços de maio último ou US\$ 7,9 bilhões) em decorrência da receita própria e os chamados "outros recursos", já incluindo as novas tarifas.

Para completar os investimentos de 3,2% do PIB por parte das 187 estatais do setor produtivo, a SEST conta com mais 0,5% (NCz\$ 2,3 bilhões ou US\$ 1,98 bilhão a preços de maio) decorrentes do aumento do patrimônio líquido das principais "holdings", mediante a elevação do capital social, lançamento de debentures e colocação de ações. Outros 0,7% do PIB (NCz\$ 3,3 bilhões ou US\$ 2,7 bilhões) virão de empréstimos e financiamentos, internos e externos.

Para assegurar a participação de 63% da receita própria e "outros recursos" no financiamento dos investimentos, a Secretaria do Planejamento (SEPLAN) já obteve aprovação do ministério da Fazenda para programar uma série de aumentos reais de tarifas e preços públicos. Os derivados de petróleo, por exemplo, subirão em média 20% além da inflação e o setor de transportes terá reajustes reais de 5%, em 1990.

As tarifas de energia elétrica devem chegar ao final deste ano com um total de



aumentos reais de 38,5%. No início de 1990 haverá outros aumentos, de aproximadamente 15% reais. O setor siderúrgico, que já obteve reajustes para recompor a defasagem tarifária, deve chegar a dezembro deste ano acumulando aumentos reais de 36,25% — que serão acompanhados, em seguida, de outros 14,5%. As tarifas portuárias receberão 12% reais e os serviços de telecomunicações subirão 10% acima da inflação, segundo a SEST.

Para aumentar o patrimônio líquido das estatais, sem que a União perca o controle acionário mas também não precise aportar recursos do tesouro, será utilizado o mecanismo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que viabiliza a colocação de novas ações no mercado.

As estatais rentáveis, que vão procurar pulverizar suas ações inclusive no interior, devem aumentar o capital social e receber a parcela adicional de subscrição da União sob a forma de títulos, os quais as próprias empresas recomprarão, sem direito a negociá-los no mercado, as quatro maiores holdings — Petrobrás, Telebrás, Companhia Vale do Rio Doce e Eletrobrás — podem obter cerca de NCz\$ 1,6 bilhão com isso, segundo o titular da SEST, a preços de maio último.

A emissão de debentures conversíveis em ações — bem como a venda de ativos não-operacionais — será outra fonte de recursos para viabilizar este aumento do patrimônio líquido (como é o caso da Telebrás). Os bancos oficiais também devem contribuir com investimentos correspondentes a 0,4% do PIB, o que elevaria o orçamento sob responsabilidade da SEST para 3,6% do PIB, no próximo ano.